



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.469, DE 2025** **(Do Sr. Vinicius Carvalho)**

Dispõe sobre impedimentos aos responsáveis por não cumprimento de decisões das Varas da Infância e da Adolescência e Determinações dos Conselhos Tutelares.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E  
FAMÍLIA E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54  
RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**  
(Do Sr. Vinicius Carvalho)

Dispõe sobre impedimentos aos responsáveis por não cumprimento de decisões das Varas da Infância e da Adolescência e Determinações dos Conselhos Tutelares

Apresentação: 22/05/2025 11:37:31.203 - Mesa

PL n.2469/2025

**Art. 1º.** Esta Lei inclui o § 1º ao Art. 249 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente - para dispor sobre impedimentos aos responsáveis por não cumprimento de decisões das Varas da Infância e da Adolescência e Determinações dos Conselhos Tutelares

**Art. 2º** Acrescente-se o seguinte § 1º ao artigo 249 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente:

"Art. 249.....

.....

§ 1º O descumprimento das determinações oriundas das Varas da Infância e Adolescência e dos Conselhos Tutelares ensejarão os seguintes impedimentos aos responsáveis, enquanto perdurar o descumprimento:

I - renovação de matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo;

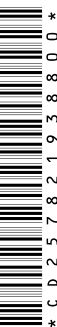
II - praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar, eleitoral ou imposto de renda;

III - Obter certidões junto a órgãos públicos e de registros.

IV - inscrever-se em concurso público ou em processo seletivo para a nomeação em cargo, emprego ou função pública; e

V - ser nomeado em cargo público comissionado

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

A legislação brasileira defere proteção especial à criança e ao adolescente, seja em âmbito constitucional aos lhe garantir direitos básicos, como a saúde, a educação, lazer, etc. como em âmbito infraconstitucional em várias leis, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como órgãos de proteção a esses direitos fundamentais, destacam-se a Justiça da Infância e Adolescência e os Conselhos Tutelares, que emitem decisões extremamente relevantes para a garantia desses direitos, sejam eles individuais, difusos ou coletivos.

A protelação da efetivação dessas decisões podem causar inúmeros prejuízos a esses pequenos cidadãos, como por exemplo filhos não matriculados em escola, não investimento em creches por parte do Poder Público entre outras situações.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece ser crime o descumprimento de determinações justiça da criança e do adolescente e dos conselhos tutelares; porém, essa pena não é o suficiente para compelir o responsável a cumprir a determinação, uma vez que para ser condenado pelo crime haverá um longo caminho no âmbito da Justiça.

Nesse sentido propomos o presente projeto de lei para que o não cumprimento dessas determinações enseje uma série de impedimento que podem tornar extremamente desconfortável para o responsável a desobediência, objetivando, dessa forma, reforçar a atuação desses relevantes órgãos de proteção às crianças e adolescentes do nosso País.

Sala das Sessões, de de 2025.

Datado e assinado digitalmente

**DEPUTADO VINICIUS CARVALHO**  
Republicanos/SP





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO  
DE 1990**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199007-13;8069>

**FIM DO DOCUMENTO**